



Muito além do aumento

05/09/2014 Elis Verri ABC, Leste, Oeste, Política, Sul 0 comentários

Pouco discutido nos debates eleitorais, a situação do setor energético do país precisa de maior atenção

ELIS VERRI



Potencial das hidrelétricas é essencial para o país, mas outras fontes devem ser exploradas / Reinaldo Canato – Folhapress

Para justificar os tempos de crise, políticos têm na ponta da língua a resposta: “o cenário internacional não está estável, e o clima não está colaborando”. Quando o assunto é a crise de abastecimento de água e de energia, colocar a culpa na conta da natureza é de praxe.

Porém, a atual gestão pública está se vendo em uma encruzilhada, visto que decisões tomadas anteriormente estão mostrando reflexos agora. Em 2001, o Brasil passou por um racionamento urgente de energia elétrica, o Apagão. Mas, embora as condições atuais estejam diferentes, a crise no setor energético é tão grave quanto foi a do começo do século.

Durou pouco

O aumento da conta de luz anunciada em julho pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) resultará em um reajuste de 18% para os paulistanos. Esse acréscimo vem quase dois anos depois de o Governo Federal anunciar um desconto de mesma porcentagem para os domicílios.

“A medida anunciada pela presidente da República foi feita de modo tão errado e sem transparência que hoje está custando muito caro”, critica Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. “Tão logo, o governo federal tentou corrigir os erros cometidos, mas o que restou foi uma herança ruim para os consumidores”, acrescenta.

Em janeiro de 2013, a presidente Dilma Rousseff (PT) anunciou a redução na tarifa de energia elétrica. Muitas concessionárias aderiram ao plano, que visava o desconto por meio de renovação antecipada das concessões. Restou, então, ao Tesouro Nacional bancar a despesa, sendo que em última instância, o contribuinte desembolsaria o restante para reembolsar as perdas.

"Ficou definido que as usinas seriam tarifadas pelo custo de operação e de manutenção. Caso as usinas não gerassem energia suficiente, o valor do risco hidrológico seria repassado aos consumidores. A conclusão é que agora, com a estiagem, as hidrelétricas estão produzindo menos, e a conta encareceu", diz Sales.

Lição não aprendida

O cientista político, Hilton Cesário Fernandes, classifica que a redução nas tarifas foi "um erro técnico". "A estrutura para fornecimento de energia ainda não está preparada para um aumento de demanda", diz.

Mais que isso, Fernandes avalia que o governo não aprendeu a lição com o ocorrido em 2001. "A situação piorou quando decidiu dar descontos para o consumidor antes de incentivar a produção de energia. A intervenção do governo na área deixou as empresas de energia inseguras e diminuiu ainda mais sua capacidade de investimento", explica.

Fontes alternativas

O aumento da conta também foi proveniente da falta de chuvas, que não foram suficientes para a produção de energia nas hidrelétricas. Como medida comum, as termelétricas foram acionadas para suprir a demanda, mesmo sendo mais poluentes e mais caras.

O engenheiro e presidente da ANDIT (Associação Nacional de Infraestrutura de Transportes), João Virgílio Merighi, considera que as discussões ambientais devem ser feitas com realismo. "As hidrelétricas são muito importantes para a produção de energia, logo, não podemos desprezar esse potencial", diz.

O uso de fontes alternativas como a eólica e a solar são opções viáveis para o Brasil, mas que precisam de estudos para garantir sua eficiência. Merighi, contudo, alerta: "colocar todos os ovos no mesmo cesto gera a possibilidade de colapso. Contar com apenas a energia das hidrelétricas é arriscado, deve haver uma mescla de fontes", finaliza.

Pouco discutido nos debates eleitorais, a situação do setor energético do país precisa de maior atenção

Para justificar os tempos de crise, políticos têm na ponta da língua a resposta: "o cenário internacional não está estável, e o clima não está colaborando". Quando o assunto é a crise de abastecimento de água e de energia, colocar a culpa na conta da natureza é de praxe.

Porém, a atual gestão pública está se vendo em uma encruzilhada, visto que decisões tomadas anteriormente estão mostrando reflexos agora. Em 2001, o Brasil passou por um racionamento urgente de energia elétrica, o Apagão. Mas, embora as condições atuais estejam diferentes, a crise no setor energético é tão grave quanto foi a do começo do século.

Durou pouco

O aumento da conta de luz anunciada em julho pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) resultará em um reajuste de 18% para os paulistanos. Esse

acrécimo vem quase dois anos depois de o Governo Federal anunciar um desconto de mesma porcentagem para os domicílios.

“A medida anunciada pela presidente da República foi feita de modo tão errado e sem transparência que hoje está custando muito caro”, critica **Cláudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**. “Tão logo, o governo federal tentou corrigir os erros cometidos, mas o que restou foi uma herança ruim para os consumidores”, acrescenta.

Em janeiro de 2013, a presidente Dilma Rousseff (PT) anunciou a redução na tarifa de energia elétrica. Muitas concessionárias aderiram ao plano, que visava o desconto por meio de renovação antecipada das concessões. Restou, então, ao Tesouro Nacional bancar a despesa, sendo que em última instância, o contribuinte desembolsaria o restante para reembolsar as perdas.

“Ficou definido que as usinas seriam tarifadas pelo custo de operação e de manutenção. Caso as usinas não gerassem energia suficiente, o valor do risco hidrológico seria repassado aos consumidores. A conclusão é que agora, com a estiagem, as hidrelétricas estão produzindo menos, e a conta encareceu”, diz **Sales**.

Lição não aprendida

O cientista político, Hilton Cesário Fernandes, classifica que a redução nas tarifas foi “um erro técnico”. “A estrutura para fornecimento de energia ainda não está preparada para um aumento de demanda”, diz.

Mais que isso, Fernandes avalia que o governo não aprendeu a lição com o ocorrido em 2001. “A situação piorou quando decidiu dar descontos para o consumidor antes de incentivar a produção de energia. A intervenção do governo na área deixou as empresas de energia inseguras e diminuiu ainda mais sua capacidade de investimento”, explica.

Fontes alternativas

O aumento da conta também foi proveniente da falta de chuvas, que não foram suficientes para a produção de energia nas hidrelétricas. Como medida comum, as termelétricas foram acionadas para suprir a demanda, mesmo sendo mais poluentes e mais caras.

O engenheiro e presidente da ANDIT (Associação Nacional de Infraestrutura de Transportes), João Virgílio Merighi, considera que as discussões ambientais devem ser feitas com realismo. “As hidrelétricas são muito importantes para a produção de energia, logo, não podemos desprezar esse potencial”, diz.

O uso de fontes alternativas como a eólica e a solar são opções viáveis para o Brasil, mas que precisam de estudos para garantir sua eficiência. Merighi, contudo, alerta: “colocar todos os ovos no mesmo cesto gera a possibilidade de colapso. Contar com apenas a energia das hidrelétricas é arriscado, deve haver uma mescla de fontes”, finaliza.